

TREINAMENTO: PORTAL DA TRANSPARÊNCIA E INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO INÍCIO E ENCERRAMENTO DE EXERCÍCIO

LOCAL: GALERIA INCAP - Rua Antonio Deodato Durce, nº 1264, Sala 01- Primeiro Andar - Bairro Centro, Município de Cacoal/RO

CRONOGRAMA DO TREINAMENTO SÃO 13 HORAS/AULA

| | |
|---|---|
| DIA: 19/01/2026 DAS 13H30MIN ÀS 17 HORAS | COFFE BREAK DAS 15H30MIN ÀS 15H45MIN |
| Dia: 20/01/2026 DAS 8H30MIN ÀS 12HORAS | COFFE BREAK DAS 10H ÀS 10H15MIN |
| DIA: 20/01/2026 DAS 14HORAS ÀS 17HORAS | COFFE BREAK DAS 15H30MIN ÀS 15H45MIN |
| DIA: 21/01/2026 DAS 8H30MIN ÀS 11H30MIN | COFFE BREAK DAS 10H ÀS 10H15MIN |

INCLUSO NA PROPOSTA: Apostila em PDF, Caneta, certificado com participação de 75% nas aulas - CORTESIA: 04 Coffe Break, 01 Garrafa Térmica para água.

OBJETIVO:

Capacitar gestores e servidores públicos para a **organização, atualização e controle do Portal da Transparência**, utilizando **Inteligência Artificial como ferramenta de apoio**, no **início e no encerramento do exercício**, assegurando o cumprimento das exigências legais, a correta divulgação das informações orçamentárias, financeiras, contábeis e administrativas, o fortalecimento do controle social e a melhoria da eficiência, da transparência e da prestação de contas da administração pública.

PÚBLICO – ALVO:

Gestores e servidores públicos das **prefeituras, câmaras municipais e autarquias**, especialmente das áreas de **controle interno, contabilidade, finanças, orçamento, transparência, tecnologia da informação, planejamento, licitações, contratos e comunicação**, bem como responsáveis pela **alimentação e gestão do Portal da Transparência** e pelo **uso de ferramentas de Inteligência Artificial** no início e no encerramento do exercício.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

| | |
|---|--|
| 1. FUNDAMENTOS DA TRANSPARÊNCIA PÚBLICA E DA INOVAÇÃO DIGITAL 1.1. Transparência como princípio constitucional e dever permanente 1.2. Controle social, cidadania digital e acesso à informação 1.3. Papel estratégico do Portal da Transparência no início e no encerramento do exercício 1.4. Inteligência Artificial como instrumento de apoio à gestão pública 2. BASE LEGAL APLICÁVEL 2.1. Constituição Federal – art. 37 2.2. Lei Complementar nº 101/2000 (LRF) 2.3. Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação – LAI) 2.4. Lei nº 4.320/1964 2.5. Normas e orientações dos Tribunais de Contas 2.6. Princípios éticos, legais e de transparência no uso da IA no setor público 3. ORGANIZAÇÃO DO PORTAL DA TRANSPARÊNCIA PARA O NOVO EXERCÍCIO 3.1. Atualização do exercício financeiro no Portal 3.2. Organização, encerramento e arquivamento do exercício anterior 3.3. Estrutura mínima obrigatória e menus essenciais 3.4. Padronização das informações, acessibilidade e | 6.4. Geração de relatórios, alertas e rotinas de atualização 6.5. Chatbots e assistentes virtuais para atendimento ao cidadão 7. IA, TRANSPARÊNCIA E LGPD 7.1. Proteção de dados pessoais e dados sensíveis 7.2. Equilíbrio entre transparência e privacidade 7.3. Uso ético, responsável e seguro da Inteligência Artificial 7.4. Riscos, limites legais e responsabilização dos agentes públicos 8. CONTROLE INTERNO, PREVENÇÃO DE RISCOS E CONFORMIDADE 8.1. Atuação do controle interno no início e no encerramento do exercício 8.2. Checklists automáticos de conformidade com apoio da IA 8.3. Prevenção de apontamentos e penalidades dos Tribunais de Contas 8.4. Registro, comprovação e evidências das publicações realizadas 9. ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO NO PORTAL DA TRANSPARÊNCIA 9.1. Consolidação das informações orçamentárias, financeiras e contábeis |
|---|--|

| | |
|--|---|
| <p>linguagem cidadã</p> <p>3.5. Qualidade, integridade, rastreabilidade e tempestividade dos dados</p> <p>4. PUBLICAÇÕES OBRIGATÓRIAS NO INÍCIO DO EXERCÍCIO</p> <p>4.1. PPA, LDO e LOA vigentes</p> <p>4.2. Decreto de programação financeira e cronograma de desembolso</p> <p>4.3. Quadro de detalhamento da despesa</p> <p>4.4. Organograma, legislação e atos administrativos</p> <p>4.5. Relação de gestores, cargos, funções e remunerações</p> <p>5. TRANSPARÊNCIA ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E CONTRATUAL INICIAL</p> <p>5.1. Previsão de receitas e fixação das despesas</p> <p>5.2. Contratos vigentes e contratos continuados</p> <p>5.3. Licitações em andamento e planejamento das contratações</p> <p>5.4. Plano de Contratações Anual (PCA)</p> <p>5.5. Dispensas e inexigibilidades de licitação</p> <p>6. INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL APLICADA AO PORTAL DA TRANSPARÊNCIA</p> <p>6.1. Conceitos básicos de IA aplicados à administração pública</p> <p>6.2. Organização, classificação e padronização automática de dados</p> <p>6.3. Identificação de falhas, inconsistências e ausências de publicação</p> | <p>9.2. Publicação dos relatórios de encerramento do exercício</p> <p>9.3. Arquivamento digital e histórico de exercícios anteriores</p> <p>9.4. Transparência da prestação de contas anual</p> <p>9.5. Preparação do Portal para o exercício seguinte</p> <p>10. MONITORAMENTO CONTÍNUO E BOAS PRÁTICAS DIGITAIS</p> <p>10.1. Rotinas permanentes de atualização do Portal</p> <p>10.2. Indicadores de transparência e desempenho institucional</p> <p>10.3. Atendimento às demandas da LAI e da Ouvidoria</p> <p>10.4. Boas práticas municipais em transparência digital</p> <p>11. ESTUDOS DE CASO, SIMULAÇÕES E APLICAÇÃO PRÁTICA</p> <p>11.1. Falhas recorrentes apontadas pelos Tribunais de Contas</p> <p>11.2. Simulação da organização do Portal no início e no encerramento do exercício</p> <p>11.3. Exemplos práticos do uso da IA na transparência pública</p> <p>11.4. Elaboração de plano de ação digital para o município</p> |
|--|---|

INSTRUTOR: MURILO HENRIQUE MORONG - Consultor, professor, bacharel em Direito e possui especialização em Privacidade e Proteção de Dados, além de várias certificações internacionais como Data Protection Officer (DPO). Ele atua na administração pública, focando em governança de dados e segurança da informação, contribuindo para a estruturação de políticas de transparência e proteção de dados conforme a LGPD. Suas funções incluem coordenar o Portal da Transparência, gerenciar o acesso à informação, realizar campanhas educativas e monitorar a conformidade com normas de segurança. Com experiência na interpretação da LGPD, proporciona treinamentos e orientações, ajudando a criar uma cultura de privacidade e conformidade na administração pública. Seu trabalho resultou na conquista de Selos Diamante no Programa Nacional de Transparência Pública.

INVESTIMENTO: **PAGAMENTO ATÉ O FINAL DO TREINAMENTO;**

01 Inscrição R\$ 1.800,00 - 02 Inscrição por Município R\$ 1.700,00 cada - 03 Inscrição por município R\$ 1.600,00 cada - 05 Inscrição por Município R\$ 1.500,00 cada

PAGAMENTO MEDIANTE: Transferência Bancária para Agência 1823 – Operação 1292 - Conta Corrente Nº 574155034-3 – Caixa Economia Federal S/A OU Pix- 01.999.171/0001-39, favor enviar o comprovante de pagamento pelo whatsapp: 69 99936-4985, 99907-7696.

EMPRESA

DADOS PARA O EMPENHO: EDIMAR COSTA DE SOUZA-ME, Localizado na RUA ANTONIO DEODATO DURCE- 1266 - SALA 1- PRIMEIRO ANDAR – BAIRRO CENTRO – CACOAL/RO – CEP 76.907-364 – Portador do CNPJ: 01.999.171/0001-39 – NOME FANTASIA: INCAP – TREINAMENTOS, CONSULTORIA E ASSESSORIA

METODOLOGIA DO TREINAMENTO: Presencial com exposição teórica interativa com recursos dinâmicos e atividades práticas.

A inscrição deverá ser feita com antecedência mínima de 02 dias pelo site: www.grupoincap.com.br, para Confirmação da inscrição favor enviar o empenho por E-mail: incap2010@hotmail.com ou pelo Fone/Watts (69) 99936-4985 – 99907-7696